



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

**PARECER JURIDICO – 075**  
**ID Nº 187.200**

**PROCESSO Nº:** 309/2026

**PROTOCOLO Nº:** 599/2026 – **DATADO 07/05/2026**

**AUTOR:** CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 42/2026

**EMENTA:** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MARILÂNDIA - AEFAM.

**ID:** 25.351

**EMENTA:** Processo Nº 309/2026 – Protocolo 599/2026 - PLO nº 042/2026  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS,  
MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A  
ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MARILÂNDIA - AEFAM.  
- Autoria Chefe do Poder Executivo Municipal – ID Nº 25.351.

### **1)- RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico acerca do Projeto de Lei nº 42/2026, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que visa autorizar a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais) mediante apuração de valor do exercício financeiro de 2026, para a ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MARILÂNDIA – AEFAM, nos termos da Lei nº 13.019/2014.

A proposta estabelece ainda regras para prestação de contas, condiciona o repasse à regularidade fiscal da entidade e indica a dotação orçamentária correspondente.

Juntamente com a proposição vem os seguintes documentos:

- Proposição;
- Mensagem Justificativa;
- Plano de Trabalho;
- Parecer da Comissão Técnica;
- Justificativa de Dispensa de Chamamento Público, emitido pela Secretaria Municipal de Educação;
- Despacho da Controladoria Municipal;
- OF/Gabinete do Prefeito/Nº 223/2026
- Despacho do presidente da Câmara conhecendo a matéria e encaminhando a este departamento para análise;

É o relatório.

### **2) ANALISE**

Inicialmente insta destacar que o exame desta Assessoria Jurídica se cinge tão-somente nos termos da nossa competência legal jurídica, a qual nos norteia como base nas documentações acostada e a manifestação gestora, razão pela qual não se incursiona em mérito de discussões de ordem técnica e juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, sendo essa de exclusiva responsabilidade das Comissões temáticas e do soberano Plenário.

### **3) FUNDAMENTAÇÃO**

#### **3.1). Competência e autonomia Municipal - Iniciativa**

No aspecto, da constitucionalidade de competência de interesse local, a matéria encontra amparo nos dispositivos do **artigo 30, inciso I** da Constituição da República Federal do Brasil, **artigo 28, inciso I** da Constituição do Estado do Espírito Santo e **artigo 8º, inciso I** da Lei Orgânica Municipal e trata-se de proposição de iniciativa concorrente.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

---

**Art. 30º.** Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

**Art. 28º.** Compete ao Município:

I - Legislar sobre assunto de interesse local;

**Art. 8º** - Compete ao Município:

I - Legislar sobre assunto de interesse local;

A iniciativa do projeto é **privativa do Chefe do Executivo**, conforme entendimento pacífico, sob este aspecto o artigo 61, §1º, II, "a", da Constituição federal é aplicável por simetria, já existindo doutrina sobre a matéria onde citamos **Hely Lopes Meirelles**, que estabelece que a criação, estruturação e remuneração de cargos públicos é matéria típica do Executivo. Portanto, **não há vício de iniciativa**.

### **3.2). Natureza jurídica do repasse**

O projeto prevê a celebração de Termo de Fomento, instrumento adequado, quando a iniciativa parte da Administração Pública para apoio a atividades de interesse público desenvolvidas por organizações da sociedade civil.

Nos termos do artigo 2º, VIII, da Lei nº 13.019/2014, o Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas parcerias propostas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil.

**Art. 2º** - Para os fins desta Lei, considera-se:

**VIII** - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros

### **3.3). Prestação de contas e controle**

O projeto corretamente prevê prestação de contas, o que é indispensável para garantir: transparência; legalidade, e, controle pelo Tribunal de Contas.

Segundo **Miguel Reale**, a legalidade administrativa deve estar associada à finalidade pública e ao controle dos atos estatais.

A princípio com exposição documental, o projeto observa corretamente, quanto exigência de prestação de contas; vinculação ao instrumento jurídico adequado e a finalidade pública, previsto no artigo 63 e seguintes da lei 13.019/104.

**Art. 63.** A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas nesta Lei, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

### **3.4). Interesse público**

A destinação do recurso a ser repassado tem por finalidade no desenvolvimento das relevantes atividades voltadas, a qual destina-se a execução de serviços na área de educacional, onde bem pactua o chefe do Poder Executivo em sua Mensagem/Justificativa, que a **ASSOCIAÇÃO** se mantém em sua maioria com recursos públicos, além das contribuições de famílias, doações, e prestam um serviço de alta relevância à população.

O STF já reconheceu a legitimidade de parcerias com entidades privadas para execução de políticas públicas: "É constitucional a colaboração do Estado com entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de fins públicos." (STF, ADI 1923)





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

---

### 3.5) Análise de constitucionalidade

Não se vislumbra inconstitucionalidade material ou formal.

Formal:

- iniciativa correta;
- competência adequada.

Material:

- Não viola princípios constitucionais.

A proposta está alinhada aos princípios da Administração Pública, ficando o Poder Executivo Municipal por seu chefe, desta forma não se verifica: Vício de iniciativa; Ofensa à separação dos poderes;

O Chefe do Poder Executivo justifica a necessidade o qual transcrevo:

(...)

Submeto a apreciação desta augusta Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MARILÂNDIA - AEFAM".

A proposição objetiva a celebração de aditivo do valor repassado através de convênio com a AEFAM, sendo de conhecimento de todos que a referida associação se mantém em sua maioria com recursos públicos, além das contribuições de famílias, doações, e prestam um serviço de alta relevância à população.

A transferência dos recursos dar-se-ão na forma da Lei nº 13.019/2014, com obediência as normas nela estatuídas, mediante processo administrativo 1224/2026. Ressalta ainda que a referida associação foi reconhecida como de Utilidade Pública através da Lei Municipal nº 238/95.

Desta forma, demonstrados os motivos que ensejam o presente Projeto de Lei, estamos certos de contar com o total apoio dos Nobres Edis, para a sua integral aprovação.

(...)

### 3.6). Aspectos orçamentários e Lei de Responsabilidade Fiscal

O art. 3º do projeto prevê que as despesas correrão por dotação própria, o que atende ao artigo 167, II, da Constituição Federal.

Contudo, recomenda-se atenção aos seguintes pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- existência de dotação específica;
- compatibilidade com a LOA, LDO e PPA;
- eventual caracterização como subvenção social, exigindo cumprimento dos artigos 16 e 17 da LRF (estimativa de impacto orçamentário-financeiro, se aplicável).

O STJ já consolidou entendimento quanto à necessidade de controle: "A transferência de recursos públicos a entidades privadas exige estrita observância das normas de responsabilidade fiscal e prestação de contas." (STJ, RMS 34.203)

### 3.7). Requisitos formais da entidade beneficiária

O artigo 2º do projeto exige que para o recebimento do repasse a Associação da Escola Família Agrícola de Marilândia- AEFAM deve estar quitas com o INSS, FGTS, Justiça do Trabalho, Receita Estadual e





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

com o erário municipal., o que está em consonância com o artigo 195, §3º da Constituição Federal, bem como a exigências da Lei nº 13.019/2014.

**Art. 195.** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

**§ 3º** A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Em observância detidamente aos autos denotamos que foram anexadas aos autos o plano de Trabalho, os quais exigidos por lei para a contratação entre a Administração pública.

#### **4) - DA TRAMITAÇÃO DA PROPOSIÇÃO**

Quanto a tramitação da proposição, estas estão estampadas no Regimento Interno desta Casa, artigos 192, 193, 196 e artigo 177 todos da Resolução nº 97 de 14 de novembro de 2023.

**Art. 192.** Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo máximo de 03 (três) dias, observado o disposto neste Capítulo.

**Art. 193.** Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o expediente, será encaminhada ao Presidente de cada comissão competente para os pareceres técnicos.

**Art. 196.** Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na ordem do dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

**Art. 177.** Parecer é o pronunciamento por escrito de comissão permanente sobre a matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

Por outro, não podemos escoimar a responsabilidade das comissões permanentes as quais compõem este Poder Legislativo, quanto suas atribuições, neste contexto, especificamente nas análises das proposições.

**Art. 49.** As comissões são órgãos técnicos compostos de 3 (três) Vereadores, com finalidades de examinar a matéria de sua finalidade e em tramitação no Poder Legislativo Municipal, emitir parecer sobre esta, ou proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da administração, e serão permanentes ou temporárias.

**Art. 55.** As reuniões das comissões permanentes acontecerão de acordo com ato expedido pelo presidente da comissão, e observará os seguintes preceitos:

I - as reuniões serão públicas e serão marcadas em dias e horários que não interfiram nos trabalhos das sessões plenárias e das demais comissões;





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

Nesta esteira de raciocínio, advertimos aos presidentes das comissões temáticas, quanto seus deveres e obrigações na tramitação das proposições em suas responsabilidades, como previsto no artigo 55 do Regimento Interno Cameral, acima transcrito, em especial atenção, ao que preleciona o inciso III, letras "a", "b" e "c", inciso IV, §7º e 8º.

**Art. 55 (...)**

I - (...)

III - prazo de 10 (dez) dias para apreciação de matéria posto ao conhecimento da comissão, prorrogável por mais cinco dias por decisão do presidente da comissão, sendo observados quanto aos prazos:

**a)** prazo de 2 (dois) dias para que o Presidente da Comissão encaminhe o relatório da matéria submetida ao seu exame;

**b)** prazo comum de 6 (seis) dias para que os demais membros apresentem parecer, prorrogáveis, uma única vez, por mais dois dias úteis, desde que devidamente fundamentado;

**c)** prazo de 3 (três) dias para vista de membro da comissão, solicitada exclusivamente em reunião, por uma única vez;

IV - os prazos constantes no inciso anterior e suas alíneas serão contados a partir do recebimento da matéria pela comissão.

§ 7º O prazo previsto neste artigo é contado da data em que a matéria der entrada na comissão.

§ 8º Findo o prazo, a matéria deverá ser encaminhada à comissão que deve pronunciar-se em sequência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer.

Noutra sorte, pelo entendimento dado pelo caput do artigo 56, as comissões salvo interesse justificado poderão realizar reuniões conjuntamente, observado o que dispõe ainda a letra "c" do mesmo dispositivo.

**Art. 56.** Mediante acordo entre as comissões, em caso de interesse justificado, as comissões permanentes poderão realizar reuniões conjuntas, mesmo não sendo requerida a urgência, observando-se:

**a)** quando qualquer proposição for distribuída a mais de uma comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, ouvida em primeiro lugar a Comissão de Legislação, Justiça e Redação final;

**c)** nas reuniões conjuntas das comissões, será verificado o quórum de maioria absoluta dos membros de cada uma separadamente, devendo ser observado o prazo comum de 15 (quinze) dias para a emissão dos pareceres.

**5 – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opino pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 42/2026 em que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MARILÂNDIA - AEFAM".





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

---

**RECOMENDA-SE:** a exigência da prestação de contas em conformidade ao Plano de Trabalho, conforme previsto no artigo 63 e seguintes da lei 13.019/104.

Quanto mérito, deixamos de se pronunciar, sendo essa competência exclusiva das Comissões Temáticas e do Soberano Plenário desta Augusta Casa de Leis.

S.M.J. esse é nosso parecer.

Marilândia/ES, 08 de maio de 2026.

Jaciano Vago  
Assessor Jurídico



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://marilandia.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310031003200390039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JACIANO VAGO** em **08/05/2026 09:30**

Checksum: **4CF6286BF8E7B41F8410CD57FF2FE6EFD83261954B3040117EEEF4169FCBB52F**

